



Demonstrações Contábeis

Sertões Holding S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente





Sertões Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidada	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados do período	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Sertões Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas Sertões Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 20 de março de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022, nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better
working world

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	126	19.321
Contas a receber de clientes	5	-	5.365
Dividendos a receber	6	8.603	-
Tributos a recuperar		3	1.262
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	-	50.100
Despesas antecipadas		-	122
Depósitos judiciais e cauções		-	5
Total do Ativo Circulante		8.732	76.175
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		-	112
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	7	-	589.994
Investimentos	8	377.288	-
Imobilizado		-	33
Total do Ativo Não Circulante		377.288	590.139
Total do Ativo		386.020	666.314
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	16	8.486
Impostos corrente a pagar		2	379
Encargos setoriais		-	449
Empréstimos	10	-	5.873
Debêntures	11	-	437
Dividendos a pagar	6	1.388	1.388
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		8	578
Provisão contingente	18	-	357
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-	1.602
Total Passivo Circulante		1.414	19.549
Não Circulante			
Empréstimos	10	120.000	330.584
Debêntures	11	-	36.065
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-	15.510
Total Passivo Não Circulante		120.000	382.159
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	225.057	225.057
Adiantamento para aumento de Capital	12	160	160
Reserva legal	12	292	292
Reserva de lucro	12	3.085	3.085
Reserva de capital	12	36.012	36.012
Total Patrimônio Líquido		264.606	264.606
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		386.020	666.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos períodos
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 20/03/2022 a 31/12/2022	Consolidado 20/03/2022 a 31/12/2022
Receita operacional líquida	13	-	12.617
Custos dos bens construídos e serviços prestados	14	-	(839)
Resultado operacional bruto		-	11.778
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	15	(76)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	8.035	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		7.959	11.778
Despesas financeiras	16	(2.142)	(5.871)
Receitas financeiras	16	34	509
Resultado financeiro líquido		(2.108)	(5.362)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
		5.851	6.416
Contribuição social		(3)	(161)
Imposto de renda		(5)	(333)
Contribuição social diferido		-	(28)
Imposto de renda diferido		-	(51)
Lucro líquido do período		5.843	5.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora 20/03/2022 a 31/12/2022	Consolidado 20/03/2022 a 31/12/2022
Resultado do período	5.843	5.843
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido do período	5.843	5.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do período	Total	Patrimônio líquido consolidado
Constituição da Companhia em 22 março de 2022 (nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrição de capital	225.057	-	36.012	-	-	-	261.069	261.069
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	160	-	-	-	-	160	160
Resultado do período	-	-	-	-	-	5.843	5.843	5.843
Constituição de reservas	-	-	-	4.163	292	(4.455)	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	(1.078)	-	-	(1.078)	(1.078)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.388)	(1.388)	(1.388)
Saldo em 31 dezembro 2022	225.057	160	36.012	3.085	292	-	264.606	264.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora 20/03/2022 a 31/12/2022	Consolidado 20/03/2022 a 31/12/2022
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	5.852	6.394
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação / Amortização	-	8
Juros sobre empréstimos tomados	2.021	4.406
Juros sobre debêntures tomados	-	688
Receita diferida	-	(2.466)
Equivalência Patrimonial	(8.035)	-
Rendimento sobre aplicação financeira	(34)	(509)
	(196)	8.521
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	-	(648)
Despesas antecipadas	-	58
Tributos a recuperar	(2)	(191)
Fornecedores e outras contas a pagar	16	(128)
Impostos correntes a pagar	-	29
Encargos setoriais	-	30
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	24
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(182)	7.695
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	160	160
Aplicações financeiras e recursos financeiros	34	509
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	194	669
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes de empréstimos	120.000	120.000
Pagamento de empréstimos	(120.000)	(120.958)
Juros pagos de empréstimos	(8.538)	(10.273)
Dividendos pagos	(1.078)	(1.078)
Dividendos recebidos	9.730	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	114	(12.309)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	126	(3.945)
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	-	-
Caixa na aquisição da controlada	-	23.266
No final do período	126	19.321
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	126	(3.945)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sertões Holding S.A. (“Companhia” e “Sertões”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de março de 2022 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1801 – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior.

A Sertões Holding S.A. foi constituída em março de 2022 com capital social inicial de R\$150,00, com o objetivo de viabilizar a aquisição da parcela remanescente da Lest Transmissora de Energia S.A. (“LEST”). Em 14 de novembro de 2022 se tornou acionista na Lest Transmissora de Energia S.A quando a companhia V2I Energia S.A transferiu 88,32% das ações os quais detinha sobre a LEST para a companhia Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na Companhia constituindo capital social de R\$210.055. Em 23 de dezembro de 2022, passou a deter 100% de participação acionária na LEST, aumentando assim o capital social para R\$290.137.

1.1. Informações sobre a controlada

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Investida”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada Praia de Botafogo, 440, sala 1801 – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ.

Em 2021 a V2I Energia S.A. era detentora de 100% do capital da Lest, e no dia 23 de dezembro de 2022 a Sertões Holding S.A. comprou as ações da LEST da V2I Energia S.A.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL e são descritas a seguir:

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016–ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de agosto de 2017, a investida assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó – Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total previsto era de aproximadamente 324.000. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$ 44.500 (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento.

A Investida solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório Nº 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2023.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

indicado de outra forma.

2.3 Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o exercício da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

- (b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 47 – Contratos de contratos com cliente. A Companhia reconhece a receita de construção e melhorias ao longo da implantação, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.

- (c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
- (d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.
- (e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm suas infraestruturas de transmissão disponíveis para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual.

3.12. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

a. Correntes

O imposto de renda é apurado sobre a base presumida na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida reconhecida pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. *Diferidos*

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

3.14. Impostos sobre a receita

a. Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.15. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Banco	-	107
Aplicação financeira (i)	126	19.214
Total	126	19.321

- (i) Controladora: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos, não exclusivo, que tiveram no ano de 2022, a remuneração média referenciada ao CDI de 96,81%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

Consolidada: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú High Grade RF Crédito Privado e Itaú Corp Plus RF Referenciado DI – FIC) e pelo Banco do Nordeste (BNB Institucional FI RF), que tiveram no ano de 2022, remuneração média referenciada ao CDI de 96,75% (90% em 2021). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

4. Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes é como segue:

	Consolidado
	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias (i)	5.365
Total	5.365

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP das transmissoras. A Administração acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

a) Controladora

Dividendos a receber

A composição de dividendos a receber é como segue:

	<u>Controladora</u>
	<u>31/12/2022</u>
Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.	8.603
Total	8.603

Em 23 de dezembro de 2022 a Sertões Holding S.A. comprou ações da companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A da controladora V2I Energia S.A., conforme nota explicativa 1.

Dividendos a pagar

A composição de dividendos a pagar é como segue:

	<u>Controladora</u>
	<u>31/12/2022</u>
V2I Energia S.A.	1.388
Total	1.388

7. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a controlada passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A taxa utilizada pela controlada Lest para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total previsto na controlada era de aproximadamente R\$324 milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel.

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 61.379 para o exercício de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 (Resolução Homologatória N° 3.067) e R\$ 54.935 para o exercício de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento. teve a sua entrada em operação parcial em Fevereiro/2020, uma antecipação de 24 meses em relação ao cronograma Aneel.

A controlada solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório N° 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.

A entrada em operação do Bloco 1 ocorreu em 23 de fevereiro de 2020 e a entrada em operação do Bloco 2 ocorreu em 30 de dezembro de 2020.

a) Controlada LEST

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição

Linhas de Transmissão

Margem de construção	56,47%
Margem de operação e manutenção	10,00%
Taxa de remuneração	5,06%
Custos incorridos até 31/12/2022	290.168
RAP Anual	60.159

Ativo de contrato 01/01/2022

	520.300
Receita de remuneração do ativo de contrato	62.826
Receita das margens da obrigação de performance de construção	6.664
Recebimento RAP	(56.928)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	2.445

Ativo de contrato 31/12/2022

Mais valia	104.787
Total	640.094

Circulante

50.100

Não-circulante

589.994

Inclui a movimentação do exercício de 2022, embora a controladora Sertões tenha obtido o controle da Lest em novembro de 2022 e, portanto, os resultados e fluxos de caixa consolidados somente são reconhecidos a partir dessa data.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimento

a) Controladora

A composição e movimentação do investimento é como segue:

Composição do Investimento

	LEST
Investimento em 20/03/2022	-
Investimento em 31/12/2022	377.288

Movimentação do Investimento

	LEST
Saldo em 20 de março de 2022	-
Aquisição de investimento com aporte do controlador a valor de livros contábeis	
Valor do investimento por equivalência transferido do controlador	282.799
Mais Valia sobre o investimento transferido pelo controlador	<u>104.787</u>
	387.586
Dividendos pagos	(8.603)
Dividendos propostos	(9.730)
Equivalência patrimonial	8.035
Saldo em 31 de dezembro de 2022	377.288

Dropdown

No dia 18 de novembro de 2022 a Companhia recebeu da sua controladora V2I Holding S.A. 88,32% de participação na companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., em contrapartida a emissão de ações na Companhia (“Dropdown”).

Ainda em 2022, no dia 23 de dezembro de 2022 a Companhia passou a deter 100% de participação na companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S. A., cujo usufruto beneficiário econômico também era a sua controladora

Adicionalmente, a transação foi consumada com a cessão de dívida do controlador à Companhia no montante de R\$ 128.538, o qual foi integralmente liquidada pela Companhia ainda em 2022.

A reestruturação societária, na qual a controladora V2i Holding S.A. transferiu sua participação integral na coligada Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. para a Companhia, embora considerada uma aquisição de controle na perspectiva da Companhia, está fora do escopo do CPC 15 (R1) – Combinações de negócios (equivalente ao IFRS 3) e, portanto, dispensada do reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo. Não há uma previsão explícita nas IFRS quanto ao tratamento contábil de reestruturação societária. Entretanto, seguindo os preceitos do CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros e do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia desenvolveu política

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contábil pela reconhecimento da reestruturação a valores de livro, correspondente ao valor contábil do investimento até então registrado pelo controlador V2i Holding S.A.. Tal política, consistente com a prática de mercado, está consubstanciada na premissa de não geração de ágio (mais-valia) internamente em reestruturações societárias envolvendo um mesmo controlador e, conseqüentemente, não gerar um ganho no controlador em transação que não envolve a efetiva transferência de controle para além do grupo econômico.

Não obstante, o ato societário foi consumado a valor justo, fazendo representar no capital social da Companhia o valor de mercado da empresa adquirida, sendo a diferença entre o valor justo e o valor contábil, conforme política descrito acima, retificada em conta específica redutora do patrimônio líquido da Companhia.

Segue valor atualizado após desconsiderar o ajuste a valor justo (AVJ):

	31/12/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A.	88.826.968	290.137	100%
(-) Reversão AVJ na aquisição do investimento	-	(65.080)	-
	88.826.968	225.057	100%

9. Fornecedores

A composição de fornecedores é como segue:

	Controladora Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2022
O&M	-	415
Materiais	-	348
Serviços de terceiros	-	65
Aluguel	-	15
Outros	-	80
Provisão de custo de construção (a)	16	7.563
Total	16	8.486

- (a) Os fornecedores referem-se à venda de materiais, serviços ligados a construção da linha de transmissão e serviços prestados de engenharia referentes à operação e manutenção da rede. Existe também a provisão de custos de construção na controlada Lest, no valor de R\$ 7.546 em 31 de dezembro de 2022, referente a itens pendentes do contrato de construção que ainda não foram realizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos

A composição e movimentação do empréstimo é como segue:

a) Controladora

Operação	31/12/2022	20/03/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros
Empréstimos Itau APR (a)	120.000	-	31/10/2037	Trimestral	DI + 1,25%

- (a) Em 23 de dezembro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis subscritos pelo Itaú Unibanco S/A, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos no montante total de R\$120.000 remunerados à taxa CDI. O prazo de resgate é até 30 de abril de 2027, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 18.423.129. Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$60.000, e parte como reserva de capital no montante de R\$60.000. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

b) Consolidada

Operação	31/12/2022	20/03/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (a)	216.457		15/11/2038	Mensal	IPCA + 3,3467%
Empréstimo Itaú APR (b)	120.000		31/10/2037	Trimestral	DI + 1,25%
Total	336.457	-			

- (a) Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), número 5.2018.905.5889 no valor de R\$ 211.352.890,52 celebrado em 11 de outubro de 2018, garantido por fiança bancária emitida pelo Itaú BBA em 30 de abril de 2019, a qual foi renovada até 18 de janeiro de 2024. O empréstimo possui cláusulas de vencimento antecipado não vinculadas ao desempenho financeiro da companhia. Em 31 de dezembro de 2022 não havia parcelas inadimplidas.
- (b) Em 23 de dezembro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis subscritos pelo Itaú Unibanco S/A, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos no montante total de R\$120.000 remunerados à taxa CDI. O prazo de resgate é até 30 de abril de 2027, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 18.423.129. Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$60.000, e parte como reserva de capital no montante de R\$60.000. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

A movimentação da carteira de empréstimos e financiamentos estão demonstradas a seguir:

a) Controladora

	20/03/2022	Capitalização	31/12/2022
Empréstimos Itau APR	-	120.000	120.000
Total	-	120.000	120.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidada

	01/01/2022	Despesa com juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Capitalização	31/12/2022
Sertões						
Empréstimos Itau APR	-	-	-	-	120.000	120.000
Lest						
Financiamento BNB	224.279	18.774	(5.571)	(21.025)	-	216.457
Total	<u>224.279</u>	<u>18.774</u>	<u>(5.571)</u>	<u>(21.025)</u>	<u>120.000</u>	<u>336.457</u>
Total circulante	<u>5.565</u>					<u>5.873</u>
Total não circulante	<u>218.714</u>					<u>330.584</u>

Inclui a movimentação do exercício de 2022, embora a controladora Sertões tenha obtido o controle da Lest em novembro de 2022.

Os empréstimos e financiamentos têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidada
2023	-	5.873
2024	-	6.640
2025	-	7.280
2026	-	7.247
2027 a 2037	120.000	309.417
Total	<u>120.000</u>	<u>336.457</u>

11. Debêntures

A composição das debêntures e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

a) Consolidada

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2022	20/03/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
1ª Emissão de Debêntures (a)	36.502	-	15/03/2034	Mensal	IPCA + 5,3649%

(a) Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de setembro de 2019 no valor total de R\$ 27.000.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023.

Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	01/01/2022	Despesa com juros	Pagamento de juros	31/12/2022
Lest				
1ª Emissão de debêntures	34.625	3.737	(1.860)	36.502
Total	34.625	3.737	(1.860)	36.502
Total circulante		-		437
Total não circulante	34.625			36.065

Inclui a movimentação do exercício de 2022, embora a controladora Sertões tenha obtido o controle da Lest em novembro de 2022.

As debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	<u>31/12/2022</u>
2023	437
2024	1.020
2025	1.457
2026	1.603
2027 a 2041	31.985
	36.502

12. Patrimônio líquido

a) Controladora

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$290.137 e está representada por 88.825.968 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A.	88.826.968	290.137	100%
	88.826.968	290.137	100%

A Companhia foi constituída em 20/03/2022 com a integralização de capital no valor de R\$ 150,00.

Em 14 de novembro de 2022 houve aumento de capital no valor de R\$ 210.054.731, por meio de emissão de 67.015.663 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, ao preço

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$3,13 por cada ação, a ser totalmente subscritas e integralizadas pela V2I energia S.A. O aumento ocorreu por transferência de ações das quais a V2I detinha sobre a companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A (“LEST”), foi transferido 88,32% das ações.

Em 23 de dezembro de 2022 houve aumento de capital no valor de R\$ 80.082.510, por meio de emissão de 21.810.305 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$3,13 por cada ação, a ser totalmente subscritas e integralizadas pela V2I energia S.A. O aumento ocorreu por transferência de ações das quais a V2I detinha sobre a companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“LEST”) Desta forma a Companhia passou a ser subsidiária integral da companhia Lest.

Na AGE de aumento de capital foi considerado a avaliação pelo valor justo da empresa LEST para o cálculo do Dropdown, mas de acordo com o CPC 46 *Mensuração do valor justo*, não pode haver resultado de reavaliação de investimento para empresas do mesmo grupo financeiro.

Segue valor atualizado após desconsiderar o AVJ:

	31/12/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A.	88.826.968	290.137	100%
(-) Reversão AVJ na aquisição do investimento	-	(65.080)	-
	88.826.968	225.057	100%

Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebeu da sua controladora V2I Energia S.A no ano de 2022 o valor de R\$160 que será incorporado ao capital na próxima alteração contratual:

	31/12/2022
Adiantamento para futuro aumento de capital	160
Total	160

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	5.843
Reserva legal 5%	(292)
Reserva legal anos anteriores	-
Reserva legal do exercício	292
Total	<u>292</u>

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios ocorreu da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	5.843
(-) Reserva legal 5%	(292)
Base para dividendos	5.551
Alíquota	25%
Dividendos propostos	<u>1.388</u>

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	5.843
Reserva legal 5%	(292)
Dividendos	(1.388)
Reserva de lucro anos anteriores	-
Constituição da reserva de lucro	4.163
Dividendos pagos	(1.078)
Total	<u>3.085</u>

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	5.843
Lucro líquido por ação	0,0658

13. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
	<u>20/03/2022 a</u>
	<u>31/12/2022</u>
Receita anual permitida	9.909
Receita de remuneração do ativo de contrato	2.465
Receita CDE	774
Encargos do consumidor	(142)
PIS sobre faturamento	(69)
COFINS sobre faturamento	(320)
Total	<u>12.617</u>

14. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os saldos dos custos e despesas operacionais especificados na Demonstração de resultado do período possuem a seguinte composição por natureza de gosto.

	<u>Consolidado</u>
	<u>20/03/2022 a</u>
	<u>31/12/2022</u>
Custo com serviço tomado	(671)
Custo com energia elétrica	(27)
Demais custos	(141)
Total	<u>(839)</u>

15. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>Controladora</u>
	<u>20/03/2022 a</u>
	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros tomados	(62)
Outras despesas operacionais	(14)
Total	<u>(76)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora	Consolidado
	20/03/2022 a	20/03/2022 a
	31/12/2022	31/12/2022
Juros e variações monetárias (i)	(2.021)	(5.094)
IOF, comissões e taxa	(120)	(769)
Multa e acréscimos moratórios	(1)	(1)
Outras despesas financeiras	-	(7)
Despesas financeiras	(2.142)	(5.871)
Receita com aplicação financeira	34	509
Outras receitas financeiras	-	-
Receita financeira	34	509
Resultado financeiro, líquido	(2.108)	(5.362)

- (i) Controladora: O valor de juros sobre empréstimo é R\$2.021.
Consolidado: O valor de juros sobre empréstimo é R\$4.406 e o valor de juros sobre debêntures é R\$688.

17. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

		Controladora	Consolidado
	Nível	31/12/2022	31/12/2022
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	126	19.321
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2022	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	2	-	5.365
Passivo mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2022	31/12/2022
Empréstimos	2	120.000	336.457
Debêntures	-	-	36.502
Fornecedores	2	16	8.486

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 da controladora é de 0,3740% e no consolidado 77%.

A Administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

17.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 da controladora é de 0,3056% e no consolidado de 1,3486%.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

17.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

18. Provisão contingente

A Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável e possível, com base na avaliação de seus assessores legais, sendo assim conforme determinam as práticas contábeis não há provisão constituída, bem como informações a serem divulgadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Controlada LEST

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

	<u>31/12/2022</u>
Provisão contingência civil	<u>357</u>
Total	<u>357</u>

19. Seguros

a) Consolidada

	<u>Modalidade</u>	<u>Importância Segurada R\$</u>	<u>Exercício de Vigência</u>
Seguro Tokio Marine (a)	Seguro - Risco Operacional	70.000	08 de maio de 2022 a 08 de maio de 2023
Chubb Seguros Brasil (b)	Responsabilidade Civil Geral	20.000	07 de maio de 2022 a 07 de maio de 2023

- (a) Seguro de risco operacional, com apólice 1800002580133, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 70 milhões.
- (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0038752.12, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões.

20. Evento subsequente

A Companhia não possui evento subsequente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9